

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PARECER N.º 629-(i)

Senhores Deputados.—A vossa comissão do orçamento, tendo examinado atentamente o desenvolvimento da despesa do Ministério da Marinha para o ano económico de 1917-1918, verificou que está organizado com clareza, com desdobramento suficiente de rubricas, para se impedir que uns serviços a outros venham a ser sacrificados, como sucede quando englobados na mesma verba. Está também em plena conformidade com a lei.

Enferma, no entanto, do mesmo mal dos anos anteriores: quási tudo para pessoal e quási nada para material.

Ainda mesmo com as alterações que a vossa comissão vos propõe, no propósito de consagrar a material algumas verbas arrancadas a diversos serviços que figuram com dotações exageradas, ou que, pelo menos enquanto durar a guerra, podem ser um pouco sacrificados, ainda a desproporção fica enorme. Os números que se seguem são bem a fotografia fidelíssima da lastimosa situação a que chegou a nossa marinha de guerra, situação que vem do antigo regime, e que a República, tendo de cuidar primeiramente do acêrto de contas, não teve tempo para reparar até o comêço da guerra.

Importância aplicada a vencimentos e outras:

Despesas com pessoal. . .	3:319.742\$23
Material para navios e aquisição de material naval	192.600\$00
Material para diversos estabelecimentos em terra	573.790\$00
Total	<u>4:086.132\$23</u>

Percentagem da despesa com pessoal, 81,24 por cento.

. Percentagem da despesa com material, 18,76 por cento.

Mas se se fizer a percentagem unicamente de material para navios e aquisição de material naval, ficará reduzida a 4,71 por cento.

No entanto, todo êsse pessoal é necessário. Foi preciso até aumentá-lo, porque tem entrado mais navios em serviço, e muitos serviços novos, derivados da guerra, tem sido necessário organizar rápidamente.

De resto, se a Marinha, nos tempos idos, raramente deixou de ser tratada com desfavor pelos poderes públicos, embora reconhecendo os seus serviços e patrióticos esforços, e se a República ainda não pôde ocupar-se a valer do nosso ressurgimento naval, responsabilidade alguma cabe à corporação da armada.

No passado, como no presente, jamais ela deixou de exteriorizar o seu desejo de poder desempenhar-se, com dignidade e com proveito para a Pátria, do papel que lhe pertence na defesa nacional.

Feita a implantação do novo regime, para que a marinha tam larga e desinteressadamente contribuiu, e não podendo admitir-se que pudessem subsistir as más vontades do passado, foram fundadas as suas esperanças em que não tardaria o almejado ressurgimento naval.

Desencadeada a guerra, a sua grande aspiração é que, chegada a hora da paz, o povo português possa envolver na mesma carícia de reconhecimento e de louvor os homens de armas de terra e mar.

Nestas condições, a vossa comissão é de parecer que a proposta orçamental merece ser aprovada, na generalidade.

Na especialidade, contudo, algumas mo-

dificações temos a honra de propor ao vosso esclarecido exame; tendo em consideração a boa ordem dos serviços; um certo número de reclamações justíssimas, desde há muito formuladas; legítimos interesses do Estado; e, repetimos, a necessidade inadiável de se adquirirem alguns materiais absolutamente indispensáveis, mesmo em tempo de paz, devendo por isso as respectivas verbas ser inscritas no orçamento ordinário ou extraordinário, e não no orçamento especial das despesas da guerra. Se algumas dessas modificações apresentam aumento de despesas, outras importam economias que as compensam.

O resumo comparativo das nossas propostas para o ano económico de 1917-1918, com as que foram autorizadas para o ano anterior, dá:

Despesa ordinária:	
Diferença para menos. : .	83.959\$62
Despesa extraordinária:	
Diferença para mais . . .	93.400\$00
Diferença total para mais .	<u>9.440\$38</u>

Senhores Deputados.—Depois de examinar a proposta orçamental, o desenvolvimento das despesas do Ministério da Marinha e outros documentos, a vossa comissão não pode ocultar o seu profundo sentimento ao ver que, a despeito de algumas louváveis iniciativas isoladas em favor do resurgimento naval, e do esforço que vem a ser feito há dois anos, a nossa esquadra continúa na maior pobreza.

Tem faltado por completo o método, o espírito de *suite*, um programa. As influências de momento, talvez mesmo a moda, o o exagêro de entusiasmo por esta ou por aquela especialidade naval, tem por vezes dominado, perturbando os serviços; e, pior, fazendo consumir em pura perda quantiosas somas.

Dois dos nossos cruzadores estão immobilizados: Um deles, o *S. Gabriel*, aguardou quasi dois anos que uma casa inglesa da especialidade fosse autorizada a fazer o fornecimento de peças importantes para a sua máquina. Só agora chegaram a Lisboa.

O *Almirante Reis*; o nosso melhor e maior navio de guerra, aguarda, também,

há muito, materiais encomendados para reparações inadiáveis em todas as suas caldeiras.

No entanto o primeiro destes navios, mesmo a andar apenas 5 milhas, tem desempenhado inestimáveis serviços. O segundo navegou até que nas suas caldeiras, arruinadas pelo uso; entraram a reventar tubos, com risco grave para o pessoal.

A construção dos novos *destroyers* do tipo *Douro*, feita no Arsenal, está há mais de um ano quasi parada por motivo de dificuldades na remessa dos materiais e maquinismos necessários.

Se assim não tivesse sucedido, há muito aqueles navios estariam no mar; podendo, com certeza, dentro de pouco tempo compartilhar desse durissimo serviço que o *Douro* e o *Guadiana* vem fazendo ininterruptamente, desde o começo da guerra.

Por seu lado, o contra-torpedeiro *Tejo* também tem esperado há longos meses por alguns tubos apenas, mas indispensáveis para se ultimar a montagem das suas máquinas.

Os três pequenos submarinos encomendados na Itália e para cujo pagamento, é bom recordar, foi desviada a verba de 1.050 contos inscrita no orçamento de 1915-1916 sob a rubrica: «aquisição de dois submersíveis de grande raio de acção», deviam estar prontos no fim do ano findo. Já passaram seis meses além do prazo e só agora um deles se aproxima do seu termo, resultando dessa demora um prejuizo de cerca de 40.000\$ por causa do agio; a continuação de despesas avultadas com o pagamento em ouro ao pessoal da missão, passagens, subsidios, etc., que até Maio já montavam a 85.000\$ (ouro).

No entanto as lições da guerra; a nossa situação internacional ao lado dos aliados; o facto de constituirem os submarinos a única arma de que o inimigo agora dispõe no mar; e finalmente a pequena tonelagem dos barcos em construção— tudo indica que teria sido preferível respeitar-se o voto de 1916; quanto a construção de dois submarinos de grande raio de acção.

Pode mesmo sem exagêro afirmar-se que, quando os três submarinos tipo *Espartate* entrarem um dia no Tejo em

muito pouco ficará aumentado o valor militar da nossa marinha.

É certo que os submarinos começaram agora a ser utilizados na caça e destruição de barcos similares alemães. Mas são os de grande raio de acção, dispoñdo de muitos torpedos, de boa artilharia; e com tais condições de habitabilidade, que lhes permitem afastar-se para longe das suas bases, a espreitar demoradamente o inimigo nas paragens que elle mais frequenta. Com barcos do tipo *Espadarte* nunca se poderá, por certo, contar para tais caçadas.

E se porventura as portas dos estaleiros estrangeiros se fechassem à construção de grandes submarinos, os 1.950 contos — a que hoje é preciso acrescentar, repete-se, 83.000\$ de despesas com a missão, 40.000\$ por causa do ágio e cerca de 90.000\$ despendidos com alojamentos e outras dependências na doca de Belém — teriam excelente applicação à aquisição de alguns barcos patrulhas do recente modelo adoptado pelos aliados; ao armamento de caça-minas, e à aquisição de canhões de tiro rápido e de munições. Ter-se já enriquecido assim a nossa flotilha da defesa da costa, muito reduzida ainda hoje a despeito da boa vontade do Sr. Ministro da Marinha.

Ao mesmo tempo poder-se-ia pôr termo a esse espectáculo doloroso e vexante a que diariamente temos assistido da saída de navios da nossa marinha mercante sem uma única boca de fogo, que não pode ser substituída, nem só pela pericia e coragem das suas tripulações, nem pela assistência de combóios numa parte das suas derrotas. Entre as marinhas de todas as nações que hoje estão em guerra com a Alemanha é talvez a nossa a única a cruzar os mares em tais condições.

*

Senhores Deputados. — Porque na chamada Marinha Colonial se tem cuidado de pessoal e quasi nada de material, succedendo até que a mais pequena das colónias é que dispõe de um navio dalgum valor militar, e colónias grandes, como Moçambique e Angola terem apenas insignificantes e remendados vapores, tornou-se necessário desviar alguns navios para o serviço de soberania nessas paragens

distantes, com grave prejuizo da defesa das costas continentais e insulares; da assistência à marinha mercante; da nossa cooperação naval com os aliados e com prejuizo também dessas próprias colónias em cujo orçamento elles vem a pesar em demasia, não sendo, no entanto, os mais apropriados, nem ao clima, nem à navegação das suas costas.

Não foram aproveitados para a marinha de guerra tantos navios ex-alemães, quantos seria para desejar mais; um, pelo menos, só para transporte de carvão e alguns outros para cruzadores auxiliares, dos de mais marcha; um, sobretudo, com máquinas de explosão interna, que ficaria servindo também de escola ao nosso pessoal de fogo.

A experiência de dois anos tem mostrado que valiosos serviços esses navios poderiam prestar, dando combóios, transportando tropas e material de guerra ou fazendo cruzeiro nos arquipélagos.

Se a despeito de todas as dificuldades que surgiram não tivessem sido armados dois cruzadores auxiliares, como teria podido evitar-se, dada a falta absoluta de carvão, que ficassem paralisados quasi todos os serviços da defesa naval, e que o transporte de tropas e material do exército para França viesse a ser feito exclusivamente em navios estrangeiros?

Quanto a combustível era fácil prever, logo que começou a guerra, não só o aumento de seu preço, mas que viria a escassear. O preço actual do carvão é já doze vezes mais o do começo de 1915 e três vezes mais o que era quando foi declarada a guerra a Portugal. Seria, pois, acto de elementar boa administração o preparar com antecedência uma grande reserva de carvão para os serviços da armada, com os quais, de resto, não chegam a consumir mensalmente mais de 1.000 toneladas.

A construção das escolas de applicação, da iniciativa do Ministro Freitas Ribeiro, caminha com uma lamentável lentidão. E o plano de reorganização naval, que há três anos está no Parlamento, ainda não logrou ser discutido; continuando portanto a marinha sem estatuto, regulando-se apenas por uma velha lei muitas vezes emendada, mas para pior.

Surgem, por isso, a cada passo, desigualdades, falta de harmonia nas diversas engrenagens, embaraços quasi inconvenientes sempre que há que montar quaisquer novos serviços; surge a confusão, o caos; e, tantas vezes, a inutilização de iniciativas bem intencionadas daqueles que procuram sempre corresponder às naturais aspirações de progresso da corporação da armada.

Um novo regulamento de tiro de artilharia, feito segundo os moldes das marinhas mais adiantadas e passado à feitura por todas as comissões técnicas e outras tantas repartições officiaes consagrado, além disso, já pela sua longa applicação provisória durante os exercícos e manobras da divisão naval, ainda não está approved oficialmente.

E já que a esse ramo da instrução naval a vossa comissão se está referindo, com mágoa ela constata também que nenhuma providências sérias hajam sido tomadas no tocante à Escola Naval, à sua instalação, e à reforma da sua organização, como há muito vem reclamando toda a corporação da armada.

Vai para dois anos que ardeu o velho edificio pombalino.

Foi triste, na verdade, que um incêndio tivesse destruido verdadeiras preciosidades do nosso museu naval, recordações históricas de outras gerações de portugueses que souberam firmar uma época e legar à sua Pátria uma tradição heroica, modelos e instrumentos accumulados à custa dum trabalho persistente, instalações reveladoras dum esforço tenaz de homens que dedicaram e dedicam ao ensino o melhor da sua energia. Toda a corporação viu, não há dúvida, com profundo pesar, desaparecer uma parcela do próprio passado, esmagarem-se sob os escombros fumegantes, recordações saudosas da mocidade: capital, sciência e trabalho perdidos sem remédio. Mas, perante o facto consumado; devem desaparecer todas as hesitações em se reformar radicalmente a vida intra-escolar, immobilizada ainda agora na inércia da tradição; arejando a mocidade, vivificando-lhe o sangue e arrancando-a à luz soturna do velho edificio.

Movimento, ar e luz são factores indispensáveis na educação moderna. Adaptar gente moça a uma vida de actividade, de

destemida abnegação e de decisões enérgicas, como é a do mar, é cousa que não pode realizar-se com êxito e rendimento num comodismo sedentário dum corredor, quatro salas de aula e mais uma por parada única, tudo arrumado num canto sombrio que o incêndio poupou.

No século xx, em que todas as escolas estão fugindo dos velhos edificios monacais, a Escola Naval permanecia ainda encerrada em instalações com todo o pêso do século xviii, na espessura sólida das suas paredes, quasi sem um raio de sol a alegrar-lhe as horas de permanência ali.

Os alunos precisam ser militares, ter o hábito da regularidade e da disciplina; conhecer a vida do marinheiro e do soldado; saber aproveitar e dividir o tempo desde o toque de alvorada ao recolher; os alunos necessitam ter os seus exercícos de mar e de campo, as suas horas de teoria e de applicação, os seus tempos de educação física, metódica e sistemática, as suas horas de estudo, de repouso e de folga. Não devem continuar a ser simples filhos de familias que frequentam um curso superior, com uma farda por distintivo. É necessário que sejam militares.

Não quiere isto dizer, por forma alguma, que os que estão encarregados da educação militar não envidem nesse sentido o melhor dos seus esforços; mas nas condições em que estavam, o rendimento não podia ser bom. É necessário que o edificio da Escola permita uma outra orientação e com ela uma reforma radical na sua vida íntima, se dê o desafogo necessário às suas instalações e campo largo para os professores desenvolverem o ensino de applicação como é, certamente, do seu desejo e está à altura dos seus méritos.

As escolas de applicação de marinha estão a ser construídas no Alfeite; natural seria que se procurasse aproveitar qualquer edificio do Estado, na margem sul, em boas condições, que mais próximo ficasse dessas escolas, onde terão de ficar integradas duma maneira harmónica as diferentes especialidades de marinha.

A alegação apresentada por alguns de que o internato ou semi-internato, semelhante ao da Escola de Guerra, sairia excessivamente caro, dado o reduzido número de alunos que sempre haverá na

Escola Naval, não é de considerar. Bem pequena é a marinha, bem reduzido o seu orçamento e não se hesitou em gastar 190.000\$ na construção de um presídio naval que, por sinal, foi entregue de graça a um outro Ministério pela magnanimidade dum Ministro. Tam pouco se tem hesitado em consumir quantiosas somas com reparações e alindamentos do que o incêndio poupou no edificio da Rua do Arsenal.

¿Porque se há-de recuar diante do encargo dalgumas dezenas de contos apenas,—que tanto custaria a adaptação do palácio do Alfeite, por exemplo, à instrução e educação dos nossos futuros officiais de marinha?

¿Só talvez porque é mais cómodo para o pessoal da Escola o não ter de fazer um pequeno passeio de barco ou em comboio?

*

A súbita mudança de orientação quanto ao número e tonelagem de submarinos não desviou da sua legítima aplicação sómente a verba destinada a aquisição dos dois submarinos de grande raio de acção. Também os 900.000\$, consignados no orçamento de 1915-1916, para a 1.ª secção do novo arsenal, foram absorvidos. E assim foi que, mais uma vez, ficou arredada a possibilidade dêsse melhoramento, que todos consideram basilar do ressurgimento da marinha, e em estudo há mais de um século, continuando por isso a nossa única fábrica naval encerrada num açanhado recinto; a cidade privada dumã das mais belas parcelas da beira-mar; e continuando também a despender-se centenas de contos com officinas empilhadas umas sobre outras.

No tocante a pessoal, a situação em que há muito se encontra a corporação da Armada é verdadeiramente deplorável; sem sombra de estímulo, permanecendo os officiais 12 a 14 anos em cada um dos postos de segundo e de primeiro tenente, o que em marinha alguma succede; e vendo os seus camaradas do exército, seus companheiros de escola, atingir rapidamente o posto de tenente-coronel.

Os companheiros de escola dos actuaes capitães-tenentes são já hoje, quasi todos, coronéis no exército. Deve acrescentar-se que logo depois da implantação da Repú-

blica foram reduzidos os vencimentos dos officiais de marinha sem nenhuma compensação até hoje; ao passo que a todas as outras classes tem sido melhorada a situação, sobretudo depois que a vida, por por motivo da guerra, se tornou para todos cada vez mais difficil.

Dentro da própria corporação se mantêm anomalias a que convêm pôr termo.

A prestimosa classe dos sargentos virá sem dúvida a merecer também o aprêço justificado dos seus relevantes serviços e da maneira patriótica, intelligente e disciplinada como sempre se desempenha da sua missão.

*

Senhores Deputados.—Se a vossa commissão tanto lamenta que a Marinha se encontre ainda tam longe da situação a que tem direito e que os altos interesses da Patria reclamam, é com o mais expansivo alvoroço que regista todos os esforços feitos desde há dois annos, sobretudo desde a declaração da guerra, esforços jamais excedidos, no tocante a preparação militar e a eficiencia do pouco que nos resta; e bem assim às reparações e adaptações executadas quer pelo nosso Arsenal, quer pela industria particular.

Os serviços da defesa do porto de Lisboa, em que baterias a cargo do exército e outras da Marinha se encontram estreitamente conjugadas com muitos outros elementos sérios de defesa, são modelo de organização.

Igualmente mereceu o seu aplauso a promulgação de um certo número de providências governativas tendentes a melhorar rapidamente determinados serviços e sobretudo a alcançar pessoal devidamente instruido.

Mas, porque o tempo urge e porque, mal se pode imaginar quando a guerra terminará, a vossa commissão não quere deixar de manifestar a sua inabalável convicção de que a Câmara e o Poder Executivo empregarão os seus melhores esforços para que a Marinha possa corresponder às esperanças que nela deposita o País. Certamente que em plena guerra, tudo custará infinitamente mais caro; e será mais difficil de alcançar, mesmo pesado a ouro. Mas estando em jôgo a própria nacionalidade, não há um minuto a perder, já que tantos se perde-

ram, para se cuidar de organizar, de improvisar, de adquirir o que fôr necessário, antes que os outros tudo adquiram; ou que, por chegarmos tarde em demasia, êles se não encontrem já em condições de poderem dar satisfação, como seria naturalmente seu desejo, a quaisquer pedidos nossos.

A vossa comissão espera que todos os materiais: artilharia, máquinas, caldeiras dos dois *destroyers* e dos canhoneiras em construção no Arsenal, venham o mais rapidamente possível para Lisboa; iniciando-se, logo a seguir ao seu lançamento ao mar, a construção de um novo grupo de *destroyers* mas de tipo maior, com mais armamento em torpedos e artilharia, e queimando combustível líquido, para terem maior raio de acção.

É para desejar e por certo o Poder Executivo assim o fará, que por empréstimo ou por compra se tente ainda adquirir no estrangeiro, pelo menos quatro *destroyers*, alguma artilharia e munições de reserva.

Impõe-se também uma pronta remodelação ou, antes, uma transformação no organismo do corpo de marinheiros. As suas funções, di-lo a experiência de longos anos, não devem ir além de um depósito de praças em trânsito e de um organismo, centralizador, é certo, mas o menos possível, da parte burocrática indispensável para a ordem e método das múltiplas necessidades impostas pela economia do Estado e direitos das praças.

A instrução inicial distribuída por diversos centros de recrutamento do País dependerá evidentemente de uma reorganização da instrução na armada; questão sem dúvida complexa, a integrar no novo estatuto, mas de facto já um pouco facilitada pelo decreto orgânico das Escolas de Aplicação e pelas Escolas de Alunos Marinheiros do Pôrto e Algarve a que deverá acrescentar-se mais uma outra nos Açores.

Quanto à Reserva Naval é para desejar que se cuide pelo menos desde já da organização dos serviços preparatórios a cargo das capitánias dos portos.

*

A solução do problema da aviação marítima, auxiliar consagrado da defesa

submarina, não será por mais tempo protelada, por certo; mas sem se desorganizarem outros serviços e pondo-se de parte supérfluas grandezas ou organizações burocráticas complicadas, que têm sempre o condão de atrofiar as mais resistentes boas vontades e iniciativas.

A vossa comissão fica esperançada também em que não será abandonada a transferência do Arsenal, problema de carácter militar e económico da mais alta importância. Em todo o caso a sua obsoleta e anti-económica organização administrativa e diversos métodos de trabalho, absolutamente errados, ainda em uso, deverão passar definitivamente à história; e só assim aquele estabelecimento fabril se tornará modelar, para o que não falta competência no pessoal dirigente e no operariado, como a própria engenharia estrangeira reconhece.

E se a essa aptidão profissional se acrescentar que, sofrendo embora, todo o operariado, como na hora presente, as consequências da carestia excepcional da vida, os operários têm sabido manter-se sempre com dignidade, inteiramente estranhos a todas as perturbações da ordem pública, entregues patrioticamente ao seu labor; e tendo, de facto, produzido um esforço jamais excedido, desde a declaração da guerra, acto de justiça será o melhorar-se, na medida do possível, a sua situação.

*

O problema do artilhamento de determinados pontos da costa continental não poderá, certamente, arrastar-se sem solução por mais tempo, seja qual fôr o pretexto. O momento é, mais do que nunca, para a mais estreita colaboração de todos os ramos da família militar.

Acima de melindres que, porventura, só mascaram algumas vezes inércias; acima de praxes muito de considerar talvez em tempo de paz, mas embaraçantes e inadmissíveis em tempo de guerra, está o interesse supremo da Pátria. Se a marinha dispõe ainda de bôcas de fogo; se o exército tem também algumas que não sejam neste momento absolutamente necessárias em determinadas posições, esse material deverá ser montado, sem perda dum minuto, na frente marítima, para que o país não tenha de

sofrer impunemente a visita de mais submarinos inimigos da vizinhança desses pontos da costa, visto o reduzido número de patrulhas não permitir que se acuda ao mesmo tempo a toda a parte.

Ou só o exército, ou só a marinha, ou ambas as corporações, em estreito entendimento, tem de guarnecer, emquanto durar a guerra, essas posições, embora com atropêlo dos planos, sem dúvida completos e vistosos, estudados pelos estados maiores nos bons tempos de paz. De resto, esta guerra veio criar novos pontos de vista que não podem ser despresados.

Algo, certamente, se realizou já mas muito há ainda que fazer, e crime de lesa-pátria seria protelá-lo indefinidamente.

*

Senhores Deputados.—O estudo atento que a vossa comissão fez do sistema administrativo em vigor na marinha e da organização dos seus diversos serviços levou-a à convicção de que uns e outros carecem de transformações ou, pelo menos, de serem profundamente simplificados.

No tocante à administração e contabilidade, é justo dizer-se que talvez em nenhum outro Ministério a fiscalização das contas e o apuramento das responsabilidades se façam com tanta rapidez. Um atraso de dois meses na revisão das contas dos diversos conselhos administrativos, apesar de serem numerosos, é já cousa rara, mesmo agora em tempo de guerra. Mas a escrita é ainda complicada, sobretudo a das contas de material e o serviço administrativo a bordo, principalmente em navios de pequenas guarnições, tem de ser extremamente simples.

Quanto à engrenagem burocrática, parece que tudo está disposto às avessas. As funções são militares; mas parece só a paz está diante dos olhos. Quasi todas as portas se fecham diariamente a uma certa hora, como se a guerra parasse depois dessa hora. Respeitam-se e até se inventam feriados. As melhores boas vontades e o zelo dos funcionários esbarram por isso em toda uma série de formalidades; e ainda para as mais simples ou urgentes decisões há que contar com a intervenção de múltiplas entidades, repartições, comissões. A máquina emperra-se

a cada passo. Vão-se os dias, vão-se as semanas e quantas oportunidades se não perdem, oportunidades que não voltam, com grave prejuízo, tantas vezes, do Tesouro.

Em 1915, por exemplo, encontravam-se no estrangeiro diversos oficiais assistindo ao fabrico de torpedos e de cartuchame para a nossa marinha. Haviam já sido pagas algumas prestações.

Aos primeiros rumores de guerra esses oficiais instam por que sejam transportados para Portugal os materiais já concluídos; em vão. A máquina burocrática, depois de longas locubrações, veio a descobrir que o melhor seria deixar que se concluísse o fabrico de todo o material! Assim foi que o País veio a perder milhares de libras das prestações já pagas, milhões de cartuchos, os torpedos e, é claro, também as somas avultadas em ouro, gastas em viagens e subsídios com as missões fiscalizadoras.

*

Senhores Deputados.—A rápida reparação de algumas dezenas de navios apreendidos aos alemães feita exclusivamente por fábricas navais nossas, e por operários portugueses; a facilidade com que foi possível organizar as suas tripulações, vieram revelar que a velha aspiração a possuirmos uma marinha mercante desenvolvida não era uma fantasia.

Tínhamos fábricas, tínhamos pessoal, faltavam apenas navios. E de que esse pessoal é destemido e competente, são prova não só os louvores já tantas vezes tributados já pelos governos estrangeiros aos capitães e equipagens, mas também o facto de continuarem quasi todos os nossos navios mercantes a cruzar nos mares mais perigosos sem serem artilhados.

Essa marinha mercante receberá, por certo, do Poder Executivo toda a protecção e estímulo a que tem direito, devendo também ser criado sem demora o organismo dirigente entregue a entidades competentes, há muito tempo preconizado.

A marinha nacional de recreio, que tam assinalados serviços tem espontaneamente prestado quasi sempre sem remuneração alguma, é igualmente merecedora de carinho, protecção e estímulo.

Justificação das emendas apresentadas

Despesa ordinária

CAPÍTULO 3.º

Artigo 6.º — O decreto n.º 3:120, de 10 de Maio último, aumentou o pessoal da 2.ª brigada do corpo de marinheiros, em virtude da crescente necessidade de praças para novos serviços criados por motivo do estado de guerra. Por isso se aumentam neste artigo 18.773\$05 para o pagamento dos respectivos prês e readmissões. Embora esse aumento provenha da guerra, o pessoal ficará em serviço depois dela acabar. Por isso se inscreve na despesa ordinária.

Artigo 7.º — Elimina-se por completo a verba para subsídios legais aos oficiais das diversas repartições da Majoria General, Direcção Geral e Arsenal, etc., visto que a verba da epígrafe «subsídios não previstos», apenas aumentada com 6.681\$, chega para esses subsídios legais, a vencer quando for determinada prevenção rigorosa, ou serviços além das horas regulamentares.

Esta última epígrafe passará, por isso, a ser: «subsídios não previstos e subsídios legais aos oficiais das diversas repartições da Majoria General da Armada, da Direcção Geral da Marinha, da Contabilidade de Marinha, Administração dos Serviços Fábrics e da Comissão Liquidatária, quando for determinada prevenção rigorosa, ou serviço fora das horas regulamentares».

Abatem-se 2.526\$ na verba de «subsídios ao pessoal da Escola Naval e Escola Auxiliar de Marinha»; visto que agora sũ os aspirantes embarcam e não os leutes por não haver possibilidade em tempo de guerra de se realizarem viagens de instrução.

Artigo 9.º — Por ter sido aumentada a força naval com a chamada de reservistas, e com o recrutamento de voluntários, e porque aumentou extraordinariamente o preço dos artigos destinados aos uniformes, aumentam-se 10.000\$ na rubrica «despesas gerais do Depósito de Fardamentos», como mínimo indispensável.

Por terem sido desligados do serviço

da Escola de Torpedos os torpedos 1, 2 e 3, bem como o vapor *Vulcano*, e incorporados na divisão naval, aumentam-se 4.000\$ na verba «material para navios».

Inscrevem-se 1.500\$ nas despesas gerais da Majoria General da Armada, com uma rubrica: «despesas com o automóvel da Majoria General».

Nas mesmas despesas gerais da Majoria rubrica: «aquisição de instrumentos náuticos, cartas, roteiros», cortam-se 500\$ sem inconveniente; e na rubrica «trabalhos hidrográficos e oceanográficos», 2.000\$, visto esses trabalhos estarem parados, por motivo da guerra, reduzidos apenas a simples estudos de gabinete, tendo passado para a divisão naval o navio em que elles eram executados.

Artigo 10.º O desaparecimento quasi completo de officiais no quadro dos segundos tenentes, derivado sobretudo do erro praticado durante anos consecutivos de se admitirem na Escola Naval apenas tres alunos em cada ano, trouxe a necessidade de se preparar o mais rapidamente possível officiais novos em numero sufficiente para tripular os futuros navios. Por isso se eleva o numero de candidatos a aspirantes de trinta a trinta e cinco, sendo para lamentar que a situação material em que ainda se encontra a Escola Naval, passados já quasi dois anos depois do incendio, não permita elevar esse numero um pouco mais ainda. O aumento correspondente de despesa é apenas de 540\$.

Artigo 11.º Abatem-se nas despesas gerais da Escola Naval 300\$ na rubrica «abonos especiais a lentés, para estudos e investigações e visitas a estabelecimentos técnicos estrangeiros», e 200\$ na rubrica «piquetes no laboratório de explosivos para estudos de pólvoras de marinha», visto não haver ainda outro em substituição do que ardeu.

Abatem-se nas «despesas gerais da Escola de Torpedos» 4.000\$ que pelas razões acima expostas foram aumentados no artigo 9.º, na verba «material para navios».

Abatem-se nas despesas gerais da Escola Prática de Artilharia Naval: «material e sobressalentes, munições para exercicios e prémios às praças», 872\$, visto o material de artilharia nessa Escola es-

tar presentemente reduzido a uma única peça, sendo a bordo dos navios armados, cruzadores e contra-torpedeiros que os artilheiros agora praticam.

Artigo 13.º Nas despesas gerais do Hospital de Marinha, aumentam-se 5.000\$ na verba «para apósitos, instrumentos cirúrgicos, medicamentos, artigos de farmácia, géneros, dietas, etc.», exígua mesmo em tempo de paz, agora insufficientíssima, pela elevação sempre crescente de preços daqueles artigos e dificuldade em os obter.

Artigo 15.º Pouco resta a fazer para ficar completa a farolagem da costa de Portugal e dos arquipélagos. Mas, ainda que assim não succedesse, não haveria vantagem, dado o estado de guerra, em fazer grandes aquisições de material. Pode sem inconveniente reduzir-se 10.000\$ na rubrica «construção, reparações, aquisições de faróis, etc.,».

Artigo 19.º Pelas mesmas razões se abatem 10.000\$ na rubrica «conservação de faróis, combustível, estudos, etc.».

Artigo 22.º Dada a carestia sempre crescente dos artigos, na verba da epigrafe: «fundo permanente para a aquisição de tanoaria, vasilhame, etc., para fornecimento de navios» aumentam-se 4.000\$, convindo notar que essa verba pertence ao número das reembolsáveis.

Na rubrica «combustível para navios, etc.», elimina-se por completo a verba global de 54.000\$, a qual, dado o preço do carvão, corresponde apenas a 700 toneladas, isto é, a metade do consumo mensal médio da divisão naval. Visto que a guerra é a determinante da elevação do preço do carvão deve ser toda inscrito nas «despesas excepcionais resultantes da guerra».

Artigo 27.º Em 8 de Março de 1917 foi autorizado em Conselho de Ministros o fretamento à Empresa Insulana de Navegação dos vapores *S. Miguel e Funchal*, destinados às carreiras entre o continente e os arquipélagos da Madeira e dos Açores, passando à administração por conta do Estado. Por tal motivo se eliminam as verbas de 25.000\$ e 15.000\$ das rubricas «para navegação a vapor

entre as ilhas dos Açores, Lisboa e a Ilha da Madeira».

Por despacho ministerial de 22 de Maio de 1917, foi denunciado o contrato de 6 de Junho de 1914, com a Empresa Portuguesa de Navegação no Guadiana, terminando as carreiras em 30 de Novembro de 1917. Por tal motivo se abatem 1.625\$ na verba da rubrica: «Lisboa e portos do Algarve».

Artigo 28.º—Preceitua o artigo 3.º da lei orgânica da Caixa de Protecção a Pescadores Inválidos que se inscreva anualmente no orçamento da Marinha uma verba não inferior a 6.000\$, tendo sido, com efeito, inscrito nos últimos dois anos essa quantia. É tempo de se aumentar o número de pensões, visto ser muito avultado o número de pescadores nas condições do decreto. Aumentam-se 4.000\$.

Pela primeira vez se inscreve uma verba, embora modesta, para a Caixa de Pensões a Viúvas e Orfãos do Pessoal Fabril, criada pelo artigo 26.º da lei n.º 409, de 31 de Agosto de 1915: 6.000\$.

Artigo 34.º—Abatem-se 10.000\$ na verba da rubrica: «prémio do ouro para os encargos gerais do Ministério».

Despesa extraordinária

CAPÍTULO I

As lições da guerra actual, a penúria, em que se encontra a nossa marinha e as dificuldades sempre crescentes de se alcançar no estrangeiro, navios já construídos ou que as casas construtoras tomem compromissos para quaisquer construções, tudo aconselha a que se prepare o lançamento à carreira de *destroyers* no nosso Arsenal, a iniciar logo que fiquem livres as 5 carreiras existentes. Para a sua adaptação a navios mais compridos e para se construir, pelo menos, mais uma, inscrevem-se 32.000\$ sob a rubrica «adaptação das carreiras do Arsenal à construção de novos *destroyers* e construção de novas carreiras».

Abatem-se 5.000\$ na verba destinada à «continuação e conclusão das obras do laboratório para estudos de explosivos». Já se gastaram com essa construção a que bem pode chamar-se monumental mais de 20.000\$, que, na verdade, bem me-

lhor aplicação teriam tido, a outras necessidades mais urgentes da marinha. E, quando se justificasse a construção dum laboratório de explosivos dentro duma cidade, não se justifica a despesa feita com a residência do futuro director. É de supor que os 5.000\$ que ficam no orçamento cheguem para a sumária conclusão do edificio.

Abatem-se 6.400\$ na epigrafe: «construção duma caserna na Escola de Torpedos em Vale de Zebro», absolutamente desnecessária, visto estarem em construção as Escolas de Aplicação de Marinha. Elas importam, com efeito, o desaparecimento da actual Escola de Vale de Zebro.

CAPÍTULO II

Inscrive-se uma nova rubrica: «aquisição de quatro estações de T. S. F., sistema Marconi»; verba, 25.000\$.

A necessidade de se armarem novos navios para o serviço de patrulhas e, porventura, mais alguns cruzadores auxiliares, justifica sobejamente esse aumento de despesa, visto que nenhuma estação mais existem nos depósitos de marinha.

CAPÍTULO III

Inscrive-se uma nova rubrica: «aquisição de aparelhos para regulação de tiro em combate e telémetros», a verba de 10.000\$.

O grande successo alcançado pelos navios ligeiros dos aliados, cruzadores e *destroyers*, nas recentes batalhas navais deve-se, em grande parte, à perfeição dos aparelhos de regulação de tiro e de avaliação de distancias. Embora combatendo a velocidades extremas e em mar agitado, a prodigiosa justeza do tiro tem excedido todas as previsões. Nos nossos navios tudo quanto se encontra sobre regulação de tiro é absolutamente rudimentar, improvisado. Nem tem sido adquirido no estrangeiro o material necessário, apesar de representar uma pequena despesa nem estudos notáveis de aparelhos daquela natureza feitos por officiaes portugueses passaram, por via de regra, dos arquivos.

Aumentam-se 2.000\$ na rubrica: «material para laboração das officinas do material de guerra, conservação e beneficiação do material e outras despesas». Nes-

sas officinas fazem-se, com efeito, já hoje reparações importantes; e podem no futuro vir a fabricar-se nelas aparelhos que vêm do estrangeiro.

CAPÍTULO 4.º

Inscrevem-se 20.000\$ com a rubrica: «aquisição duma barca de água e quatro faluas»: Tem augmentado consideravelmente o número de navios; mas o absoluto e deficiente material de aguada de que dispõe o Arsenal não augmentou nem melhorou, tornando-se necessário comprar água, o que desde Janeiro representou um encargo para o Estado de 500\$, o que é inadmissível no nosso unico porto de armamento.

Nenhuma das solicitações feitas para se melhorar esse material foram ainda atendidas. No entanto que no Arsenal, que na industria particular, em poucos meses podem ser construídas as embarcações apropriadas. Pelo que toca a faluas é tam deficiente o seu número que no ano corrente até Maio já se gastaram 5.038\$ com o aluguer de faluas a particulares. E de boa administração adquirirẽm-se desde já, pelo menos, mais duas, antes que encareçam mais.

Inscrevem-se 8.000\$ sob a rubrica: «aquisição de uma embarcação-automóvel para o porto da Horta». A navegação a vapor para esse porto, ao contrario do que desde o começo da guerra vem succedendo em todos os portos do continente e dos arquipélagos, tem augmentado duma maneira notável. Em 1915 entraram 186 vapores com a tonelagem média de 2:000 toneladas. Em 1916 esse número elevou-se a 248; e no ano corrente, até 10 de Maio, já entraram 185. Já no ano anterior o relator do orçamento da Marinha havia inscrito 6.000\$ para aquisição de um barco a gasolina destinado à capitania da Horta que não dispõe de embarcação alguma rápida. Os números acima referidos justificam sobejamente esse melhoramento que muito facilitará os serviços daquele porto em que se gastaram já mais de 3:000.000\$.

Inscrive-se a verba de 8.000\$ na rubrica: «aquisição de uma embarcação-automóvel para a capitania da porto de Lagos». É bem evidente a necessidade de se exercer uma fiscalização cada vez mais activa nas costa do Algarve. Mas o mate-

rial de que dispõem a esquadilhas e as capitâneas, é insufficientíssimo.

O capitão do pôrto de Lagos tem a seu cargo a vigilância duma zona extensa, ca-

recendo de transportar-se rápidamente a qualquer das baías e portinhos onde, de mais a mais, apparecem agora, com frequência, navios de guerra dos aliados.

Germano Martins.

Henrique de Vasconcelos.

Abílio Marçal.

Tomás de Sousa Rosa.

Francisco Sales Ramos da Costa.

António de Paiva Gomes.

Augusto Nobre.

Francisco Coelho do Amaral Reis.

Constâncio de Oliveira.

Sérgio Tarouca.

Jaime Daniel Leote do Rêgo, relator.



MINISTÉRIO DA MARINHA

ORÇAMENTO PROPOSTO PARA 1917-1918 COM AS ALTERAÇÕES FEITAS PELO RELATOR DO ORÇAMENTO DA MARINHA

Capítulos	Artigos	Designação da despesa	Orçamento para 1917-1918			Orçamento aprovado para 1916-1917	Diferenças em 1917-1918	
			Orçamento presente ao Congresso	Alterações feitas pelo relator da Câmara dos Deputados	Importâncias líquidas das alterações		Para mais	Para menos
1.º		DESPA ORDINÁRIA						
		Gabinete do Ministro						
1.º		Ministro da Marinha	3.200\$00	—	3.200\$00	3.200\$00	—	—
2.º		Primeira Divisão Autónoma						
2.º		Pessoal do gabinete	1.000\$00	—	1.000\$00	1.000\$00	—	—
3.º		Despesas gerais do gabinete	4.000\$00	—	4.000\$00	2.000\$00	—	—
3.º		Segunda Divisão Autónoma						
4.º		Majoria General da armada	7.026\$59	—	7.026\$59	70.26\$59	—	—
5.º		Officiaes da corporação da armada	530.500\$00	—	530.500\$00	507.220\$00	—	—
6.º		Corpo de marinheiros	734.051\$50	(a) 18.773\$05	752.824\$55	686.754\$90	—	—
7.º		Subsidios a officiaes da corporação da armada	155.885\$20	(f) 13.416\$05	142.467\$15	153.283\$15	—	10.816\$00
8.º		Rações	546.409\$00	—	546.409\$00	460.646\$80	—	—
9.º		Despesas gerais da armada	156.509\$00	(b) 13.000\$00	169.509\$00	192.137\$00	—	—
10.º		Escolas	43.256\$00	(c) 540\$00	43.796\$00	39.078\$50	—	—
11.º		Despesas gerais das escolas	36.872\$00	—	31.500\$00	33.136\$00	—	—
12.º		Hospital da Marinha	4.463\$26	—	4.469\$26	4.375\$36	—	—
13.º		Despesas gerais do Hospital da Marinha	31.000\$00	(d) 5.000\$00	36.000\$00	28.000\$00	—	—
4.º		Terceira Divisão Autónoma						
14.º		Direcção Geral de Marinha	50.105\$90	—	50.105\$90	50.105\$90	—	—
15.º		Despesas gerais da Direcção Geral de Marinha	75.444\$00	—	65.444\$00	75.444\$00	—	—

16.º	Departamentos marítimos	61 827,320	—	61 827,320	60 593,340	1 233,980	—
17.º	Despesas gerais dos departamentos	21 750,300	—	21 750,300	21 510,306	439,994	—
18.º	Faróis	52 590,350	—	52 590,350	52 434,300	156,050	—
19.º	Despesas gerais dos faróis	40 000,300	—	40 000,300	35 000,300	5 000,000	—
5.º	Quarta Divisão Autónoma						
27.º	Administração dos Serviços Fabris.	36 404,300	—	36 404,300	36 404,300	—	—
28.º	Férias do pessoal fabril	450 910,305	—	450 910,305	450 910,305	—	—
29.º	Despesas gerais fabris	220 020,300	—	173 020,300	357 570,300	—	184 550,000
6.º	Classes inactivas de marinha						
20.º	Officiaes reformados	235 295,344	—	235 295,344	235 295,344	—	—
21.º	Pessoal fabril reformado e licenciado	125 612,391	—	125 612,391	125 612,391	—	—
22.º	Divisão de reformados	205 343,344	—	205 343,344	202 656,305	2 687,039	—
23.º	Despesas gerais da divisão de reformados	702,300	—	702,300	702,300	—	—
7.º	Encargos gerais do Ministério						
24.º	Subsídios a Empresas de Navegação	51 990,300	—	51 990,300	51 990,300	—	42 125,000
25.º	Auxílio a diversas instituições	47 720,324	(e) 10 000,300	57 720,324	47 430,308	10 340,016	—
26.º	Subsídios a viúvas de officiaes da armada	2 160,300	—	2 160,300	2 160,300	—	—
30.º	Passagens terrestres e marítimas	8 000,300	—	8 000,300	8 000,300	—	—
31.º	Trabalhos tipográficos	12 000,300	—	12 000,300	10 000,300	2 000,000	—
32.º	Telegramas	2 000,300	—	2 000,300	2 000,300	—	—
33.º	Despesas eventuais	2 000,300	—	2 000,300	2 000,300	—	—
34.º	Prémio do ouro	80 000,300	—	80 000,300	88 985,366	—	13 985,066
8.º	Despesas de gerências e anos económicos findos						
35.º	Despesas de gerências findas	2 000,300	—	2 000,300	2 000,300	—	—
	Diferença para menos em 1917-1918	4:041 132,323	47 313,305	3 917 532,323	4 031 491,385	206 781,004	290 740,366
				83 959,362			83 959,362

(a) Aumento do pessoal da 2.ª brigada.
 (b) Aumento nas despesas gerais para o depósito de fardamentos 10 000,00\$, idem no material para navios 4 000,00\$, idem no material para navios 4 000,00\$, Inscriteve-se no titulo «Despesas gerais da Majoria General da Armada», uma nova rubrica Despesas com o automóvel da Majoria General da Armada, 1 500,00\$, diminuição das verbas de aquisição de instrumentos nauticos e de trabalhos hidrograficos das despesas gerais da Majoria, respectivamente 500,00\$ e 2 000,00\$
 (c) Aumento de aspirantes do 1.º ano
 (d) Aumento das despesas gerais do Hospital da Marinha 5 000,00\$
 (e) Aumento para a caixa de auxilio a pescadores, 1 000,00\$ Inscricção de verba para caixa de pensões a viúvas e órfãos do pessoal fabril 6 000,00\$
 (f) Eliminação da verba para subsídios legais aos officiaes das diversas repartições da Majoria General, Direcção Geral de Marinha e Arsenal, etc., 17 571,500\$, abatimento nos subsídios ao pessoal da Escola Naval 2 526,9\$, aumento dos subsídios não previstos, dando nova redução a epigrafe 6 681,300\$
 (g) Abatimento feito nas despesas gerais da Escola Naval 500,00\$, idem nas despesas gerais da Escola de Torpedos 4 000,00\$, idem nas despesas gerais da Escola Prática de Artilharia Naval 872,300\$
 (h) Abatimento feito na verba de construção, reparação e aquisição de faróis.
 (i) Abatimento nas despesas gerais de faróis.
 (j) Elminação da verba de combustivel 54 000,00\$, aumento da verba de fundo permanente para aquisição de tancoaria e vasilhame, etc., 4 000,00\$
 (k) Elminação da verba de subsidio a navegação entre Lisboa e Açores 25 500,00\$, idem entre Lisboa e Madeira 15 000,00\$, abatimento feito na verba de subsidio a navegação entre Lisboa e portos do Algarve 1 625,00\$.
 (l) Abatimento feito na verba de premio-de-ouro

Capítulos	Designação da despesa	Orçamento para 1917-1918				Orçamento aprovado para 1916-1917	Diferenças em 1917-1918	
		Orçamento presente ao Congresso	Alterações feitas pelo relator da Câmara dos Deputados		Importâncias líquidas das alterações		Para mais	Para menos
			Para mais	Para menos				
DESPESA EXTRAORDINÁRIA								
1.º	Obras e construções	37.400\$00	(a) 20.600\$00	-	38.200\$00	19.800\$00	-	
2.º	Material radiotelegráfico	3.600\$00	(b) 25.000\$00	-	3.000\$00	25.600\$00	-	
3.º	Material de guerra	4.000\$00	(c) 12.000\$00	-	4.000\$00	12.000\$00	-	
4.º	Material naval	-	(d) 36.000\$00	-	-	36.000\$00	-	
	Diferença para mais	45.000\$00	93.600\$00	-	45.200\$00	93.400\$00	-	
					93.400\$00			

Resumo

Diferenças:	
Para menos na despesa ordinária	83.959\$62
Para mais na despesa extraordinária	93.400\$00
Diferença efectiva para mais em 1917-1918	<u>9.440\$38</u>

(a) Inscricção de verba para adaptação das carreiras do arsenal, a construção de novos *decrypters* e construção de novas carreiras 32.000\$; abatimento nas verbas para o laboratório de explosivos, construções e dragagens em Vale do Zebro, respectivamente 5.000\$ e 6.400\$.

(b) Inscricção de verba para aquisição de 4 estações de telegrafia sem fios.

(c) Inscricção de verba para aquisição de aparelhos para regulação de tiro e telémetros 10.000\$; aumento da verba de material para laboração das oficinas de material de guerra a 2.000\$.

(d) Inscricção de verba para aquisição de uma barca de água, quatro faluas e duas embarcações automóveis.